



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA

Anticorrupção - Transparência - Integridade

DÍVIDAS OCULTAS



Edição nº 1 | Fevereiro | Distribuição gratuita

Corrupção das altas hierarquias do Estado:

Prinvest informa ao tribunal inglês que pagou milhões de dólares a Filipe Nyusi, Manuel Chang e ao partido Frelimo

- Num documento de 157 páginas, o grupo naval apresenta detalhes de moçambicanos que receberam dinheiro das dívidas ocultas...

Por: **Borges Nhamirre***

A Prinvest – empresa que vendeu equipamentos e serviços de protecção costeira ao Governo moçambicano entre 2013 e 2014 – confessou que pagou um milhão de dólares a Filipe Nyusi, sete milhões de dólares a Manuel Chang e 10 milhões de dólares ao partido Frelimo, numa longa lista de altas hierarquias do Estado que receberam dinheiro ilícito das dívidas ocultas que afundaram o País.

A informação consta de um documento de 157 páginas assinado pelo dono da empresa naval, Iskandar Safa, submetido ao Tribunal Superior de Justiça inglês que julga o caso das dívidas ocultas de Moçambique. O documento é datado de 15 de Janeiro de 2021 e é defesa à acusação do Estado moçambicano contra Iskandar Safa e mais 11 arguidos.

Aquando da negociação e assinatura dos contratos das dívidas ilegais, cujos desembolsos foram todos eles efectuados para a Prinvest para a compra de equipamentos e serviços à EMATUM, PropIndicus e MAM, Filipe Nyusi era Ministro da Defesa Nacional, responsável pela implementação dos projectos de protecção costeira; Manuel Chang era Ministro das Finanças, responsável pela assinatura das garantias do Estado que viabilizaram os empréstimos. O Partido Frelimo, no poder, era, como continua a ser, o centro das decisões mais importantes do Estado.

O CIP, que acompanha com grande interesse o caso das dívidas

ocultas desde que foi despoletado, está a criar condições para publicar o referido documento na íntegra – em português - para conhecimento público.

Esta não é primeira vez que alguém da Prinvest assume, em tribunal, que pagou dinheiro ao presidente Nyusi, partido Frelimo e a outros altos dirigentes do Estado. Em Novembro de 2019, o chefe de vendas da empresa, Jean Boustani, confessou durante o seu julgamento nos Estados Unidos da América – a que o CIP fez cobertura na íntegra – que a sua empresa pagou milhões de dólares a dezenas de altos funcionários do Estado que estiveram envolvidos nas negociações e decisões de contratação ilegal de cerca de 2 mil milhões de dólares de dívidas a bancos internacionais. Entretanto, o documento de defesa submetido ao tribunal londrino traz detalhes antes desconhecidos, que pela sua importância para ajudar a esclarecer o caso merecem ser do conhecimento dos moçambicanos.

Os pagamentos de subornos eram do conhecimento do Presidente Guebuza

Uma das novidades apresentadas no documento da Prinvest é que o então Presidente da República, Armando Guebuza, tinha conhecimento dos pagamentos de milhões de dólares

* Em caso de dúvidas, sugestões e questões relacionadas a esta nota, contacte: borges.nhamirre@cipmoz.org

efectuados pela Prinvest a membros do seu Governo e a pessoas do seu círculo, incluindo o pagamento ao seu filho, Armando Ndambi Guebuza.

A Procuradoria Geral da República acusa Armando Ndambi Guebuza de ter recebido 33 milhões de dólares das dívidas ocultas, embora o antigo trabalhador da Credit Suisse, Andrew Pearse, tenha alegado em tribunal que teve conhecimento de que a Prinvest pagou 50 milhões de dólares ao filho mais velho de Armando Guebuza.

Pagamento de 7 milhões de dólares a Manuel Chang



A Prinvest apresenta uma lista de pagamentos totalizando 7 milhões de dólares feitos a favor de Manuel Chang, então Ministro das Finanças, que assinou, ilegalmente, as garantias do Estado que viabilizaram os empréstimos. Como estratégia de defesa, Iskandar Safa alega que estes pagamentos eram investimentos em empresas conjuntas com Chang e doações para a sua campanha eleitoral. “A alegação... de que a Prinvest pagou US \$ 7 milhões em relação ao Sr. Chang é, portanto, admitida...”, assume a Prinvest (p. 99).

Para dificultar o rastreio dos pagamentos de suborno, o valor de 7 milhões pagos pela Prinvest a Manuel Chang não foi transferido directamente para a conta bancária do ministro. O valor foi enviado por empresas do grupo Prinvest para contas de empresas no exterior, conforme detalhes apresentados no documento de Defesa da Prinvest enviado ao tribunal inglês.

“A Prinvest efectuou os seguintes pagamentos em relação às negociações com o Sr. Chang:

Por volta de 4 de agosto de 2013, US \$ 1 milhão foi pago pelo

PSAL a uma conta em nome da Genoa Asset S.A. (“Genoa”) no Barclays Bank PLC (Nova Iorque); Em, ou por volta de, 4 de setembro de 2013, US \$ 1 milhão foi pago pelo PSAL a mesma conta em nome de Genoa; Por volta de 21 de outubro de 2013, US \$ 1,5 milhões foram pagos pela Logistics Offshore a uma conta em nome de Thyse International Incorporation (“Thyse”) no Banco Espirito Santo S.A. Madrid; Em, ou por volta de, 12 de novembro de 2013, US \$ 1,5 milhão foram pagos pela Logistics Offshore na mesma conta em nome de Thyse; Por volta de 4 de dezembro de 2013, US \$ 2 milhões foram pagos pela Logistics Offshore na mesma conta em nome de Thyse” (p. 91), a empresa enumera.

A Prinvest alega que tais pagamentos eram doações para a campanha eleitoral de Chang, que em 2014 concorreu a deputado da Assembleia da República pela Frelimo e outra parte era para ajudar Chang a abrir um banco.

Pagamento de um milhão a favor de Filipe Nyusi



A Prinvest assumiu que pagou um milhão de dólares a Filipe Nyusi, na altura candidato da Frelimo à presidência da República. Alega que o pagamento era para apoiar a campanha eleitoral de Nyusi na corrida presidencial, mas estranhamente o valor não foi transferido para a conta de Filipe Nyusi ou para a do seu partido Frelimo. Foi pago para uma conta no exterior de uma empresa de fachada, sediada em Abu Dhabi.

“Em algum momento de 2014 (após a eleição do Presidente Nyusi pelo Comité Central da FRELIMO como seu candidato para as eleições presidenciais de 2014), o Sr. [António] do Rosário informou ao Sr. Boustani que o Presidente Nyusi desejava receber fundos da Privinvest para a sua campanha (...) A Privinvest fez outros pagamentos nessa época, incluindo um pagamento a 10 de abril de 2014 pela Logistics Offshore, de US \$ 1 milhão, para uma conta em nome da Sunflower International Corp FZE na Emirates NBD. A Privinvest entende que esse pagamento foi, no todo ou em parte, em benefício do presidente Nyusi”, lê-se no documento (p.103).

A Privinvest alega ainda que adquiriu uma viatura de marca Toyota Land Cruiser, por 728,6614.42 rands para uso pessoal de Filipe Nyusi na campanha eleitoral que o conduziu à Presidência da República em 2014.

Pagamentos de 10 milhões à Frelimo, a pedido de Guebuza



Como o CIP já havia publicado em 2019, a Privinvest pagou 10 milhões de dólares ao partido Frelimo em 2014. No documento da sua defesa submetido ao Tribunal londrino, Iskandar Safa alega que os pagamentos foram a pedido de Armando Guebuza, então Presidente da República e da Frelimo.

“A Privinvest fez quatro pagamentos à FRELIMO, da seguinte forma: A 31 de março de 2014, a Logistics Offshore pagou US \$ 2 milhões em uma conta em nome do Comité Central da FRELIMO (“Partido FRELIMO Comité Central”) no BIM; A 29 de maio

de 2014, a Logistics Offshore pagou US \$ 3 milhões na mesma conta; A 19 de junho de 2014, a Logistics Offshore pagou US \$ 2,5 milhões na mesma conta; A 3 de julho de 2014, a Logistics Offshore pagou US \$ 2,5 milhões na mesma conta”, lê-se no documento (p. 105).

No documento por si assinado, Iskandar Safa explica que os pagamentos à Frelimo foram a pedido de Armando Guebuza. “Esses pagamentos totalizaram US \$ 10 milhões. Foram feitos em resposta a um pedido feito pelo Presidente Guebuza ao Sr. Boustani para que a Privinvest fizesse donativos para cobrir os custos da campanha eleitoral do Presidente Nyusi e da campanha associada da FRELIMO para as eleições para a Assembleia Nacional. Foi comunicado a Privinvest pelo ex-Presidente Guebuza nas mesmas conversas que era lícito e encorajado a fazer tais contribuições de campanha”, alega a empresa.

*Imagens retirados do google

Nota de explicação

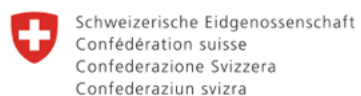
O Centro de Integridade Pública (CIP) segue com grande interesse o caso das dívidas ocultas desde que foi despoletado. Este é o maior escândalo financeiro desde que Moçambique existe como Estado e os seus efeitos são por demais dolorosos para os moçambicanos. Por estes motivos, o CIP decidiu acompanhar de perto todos os desenvolvimentos do caso para melhor se informar e consciencializar os moçambicanos sobre os males da corrupção.

O CIP faz publicações especiais relacionadas com todos os acontecimentos importantes do caso para que mais moçambicanos possam acompanhar a evolução dos factos. O CIP colabora e está aberto a colaborar com a imprensa moçambicana para troca de informação em torno deste caso. Mais publicações sobre as dívidas ocultas disponíveis em <https://cipmoz.org/category/dividas-ocultas/>



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Parceiros:



Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra

Embaixada da Suíça em Moçambique



Reino dos Países Baixos



Informação editorial

Director: Edson Cortez

Autor: Borges Nhamirre

Revisão de Pares: Edson Cortez

Revisão Linguística: Samuel Monjane

Propriedade: Centro de Integridade Pública

Rua Fernão Melo e Castro,
Bairro da Sommerschild, nº 124
Tel: (+258) 21 499916 | Fax: (+258) 21 499917
Cel: (+258) 82 3016391
[f](#)@CIP.Mozambique [t](#)@CIPMoz
www.cipmoz.org | Maputo - Moçambique